INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS SERRINHA

ADEILMA PORCINO DE ARAUJO

MULHERES RURAIS:
A construção de espaços democráticos em organizações coletivas

SERRINHA
2021

ADEILMA PORCINO DE ARAUJO

MULHERES RURAIS:

A construção de espaços democráticos em organizações coletivas

Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus* Serrinha como requisito à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientadora: Prof.ª M.Sc. Ginalva de Jesus Carvalho

SERRINHA

2021

ADEILMA PORCINO DE ARAUJO

MULHERES RURAIS:

A construção de espaços democráticos em organizações coletivas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano– *Campus* Serrinha como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

APROVADO EM .07. / 10 / 2021 por meio da ata de defesa assinada no SUAP.

Banca Examinadora:

Ginalva de Jesus Carvalho

Orientadora

IF Baiano - Campus Serrinha

Geusa da Purificação Pereira

IF Baiano - Campus Serrinha

Moisés Leal Morais

IF Baiano - Campus Catu

Dedico este trabalho a minha mãe, mulher, agricultora e nordestina, aos meus irmaõs e meu noivo, que acreditam e fortalecem meus sonhos e projetos. E a todas mulheres rurais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao nosso bom Deus, por me oportunizar percorrer toda essa trajetória e chegar ao tão desejado objetivo. Agradeço à minha família que sem ela dificilmente conseguiria chegar até aqui. Minha gratidão em especial a minha Mãe, Maria Edelza, mulher rural, mãe, agricultora e nordestina aguerrida, que diante das dificuldades sempre procurou proporcionar o melhor para os seus filhos através da educação, e ao meu pai Alírio (*in memoria*), que juntamente com minha mãe são os primeiros formadores de caráter e educação moral, deixando para a "escola" o papel de formar profissionalmente. Aos meus irmãos Ailson, Adeilson e Adelirio por estarem sempre dando o suporte necessário. A Carlos Leandro, meu noivo, que constantemente está ao meu lado me presta todo apoio e vem sempre me incentivando e ajudando a ser uma pessoa melhor e que busca por seus sonhos. Minha gratidão a todos vocês!

Agradeço imensamente a minha orientadora Ginalva Carvalho, que aceitou o convite para percorrer comigo este processo e por sempre está disposta a sanar as dúvidas existentes. Ao meu tutor de curso, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, que caminhou comigo durante este período de formação. Ao corpo docente do Curso de Gestão de Cooperativas do Instituto Federal Baiano-*campus* Serrinha, a pessoa do Diretor Leandro Damasceno que sempre se mostrou disponível e acessível, para ajudar no que fosse necessário. Ao corpo não docente. Meus agradecimentos a turma de Gestão de Cooperativas por fazer das nossas noites acadêmicas algo único e especial, pelas vivências, experiência e nossas inesquecíveis descontrações.

Para finalizar deixo meus agradecimentos as pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram nesta caminhada de tamanha importância para minha vida pessoal e profissional. Meus sinceros agradecimentos!

Não haverá borboletas se a vida não passar
por longas e silenciosas metamorfoses.
Rubem Alves

RESUMO

Vários estudos em diversas áreas de conhecimento têm apontado o crescimento do número de mulheres em diferentes setores sociais. Observa-se o quanto as mulheres avançaram e vem ganhando cada vez mais espaços no mercado de trabalho, destacando-se em setores de liderança. Entretanto torna-se relevante outros estudos de pesquisa que tratem da temática das mulheres rurais e o protagonismo na sua relação com o trabalho. Alinha-se a essa causa a forte ligação da autora com o ambiente rural, trajetória familiar e herança ancestral, como fonte motivadora para realização desse estudo. Como metodologia de analise optou-se pela pesquisa explanatória, realizada por meio de uma revisão bibliográfica, de artigos, livros e trabalhos acadêmicos. Como referenciais teóricos destaca-se as autoras como: Gonh (2000); Sardenberg e Siqueira (2014) Herrera (2019) ;(Oliveira (2018), dentre outros, que contribuíram na discussão de conceitos de participação social e organizações coletivas buscando dar ênfase ao trabalho de mulheres rurais. Como resultados observou-se a forte contribuição do trabalho feminino enquanto agricultora familiar e ao mesmo tempo a invisibilidade e desvalorização do mesmo. Conclui-se como importante a continuidade do debate sobre os espaços ocupados pelas mulheres rurais na sociedade e sua participação na construção da igualdade de gênero e na garantia de direitos.

Palavras-chaves: Mulheres rurais. Espaços democráticos. Movimentos sociais. Trabalho feminino. Visibilidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 METODOLOGIA 10
3 OBJETIVOS 10
3.1 Objetivo geral 10
3.2 Objetivos específicos 11
4 JUSTIFICATIVA 11
5 REFERENCIAL TEÓRICO 13
5.1 Trabalho Feminino e Trabalho Masculino: uma desigualdade histórica 13
5.2 Participação social e construção da democracia através dos espaços coletivos 17
5.3 Trajetória das lutas e surgimento movimentos sociais 19
5.3.1 A dinâmica dos espaços sociais coletivos e das mulheres na agricultura 23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 27
REFERÊNCIAS 29

1 INTRODUÇÃO

Vários estudos em diversas áreas de conhecimento têm apontado o crescimento do número de mulheres em diferentes setores sociais (GASPAR; QUIRINO; XAVIER). Observa-se o quanto as mulheres avançaram e vem ganhando cada vez mais espaços no mercado de trabalho, em lugares que até pouco tempo restringiam-se aos homens. O próprio reconhecimento do trabalho feminino nas atividades rurais, até pouco tempo atrás, não passava de simples ajuda agregada ao trabalho masculino com baixa visibilidade social.

De acordo com Cruz e Chelotti (2005, p. 3) "O trabalho produtivo realizado pelas mulheres dentro da agricultura familiar é subestimado pelas estatísticas oficiais, pois tem origem na premissa de que a mulher ocupa o espaço doméstico, ou seja, condição de membro não remunerado da família". Essa visão encontra-se arraigada em pressupostos históricos patriarcais, da condição feminina submetida à esfera privada e aos valores morais conservadores. As estatísticas ainda confirmam desigualdades existentes em relação ao trabalho das mulheres agricultoras. Segundo os dados do IBGE (2019), "(...) entre as ocupações com a maior desigualdade, podem ser destacados os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e dos gerentes de comércios varejistas e atacadistas, em que mulheres recebem 35,8% e 34% menos que os homens, respectivamente." A desvalorização da mulher rural em relação aos trabalhos ocupados pelos homens ainda tem uma notável desigualdade, visto que as atividades da agricultura, em que as mulheres atuam e são consideradas como trabalhos "leves", também têm uma remuneração inferior.

Por outro lado, observa-se que dentre as tarefas laborais desenvolvidas por essas mulheres, ainda há de se atribuir, aquelas que são do universo doméstico e, que dão continuidade a essas atividades, mas ao mesmo tempo, invisibilizadas como parte do trabalho agrícola. A respeito desse processo de continuidade do trabalho "as [próprias] mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades [que realizam] como trabalho doméstico." (PAULILO, 2013, p.285). Refletir sobre essa condição possibilita reconhecer a importância da participação feminina nos espaços nos quais elas estão inseridas.

A necessidade encontrada em conciliar o trabalho "dentro" de casa e o trabalho " fora", consequentemente acarretou em uma dupla e muitas vezes em tripla jornada de trabalho.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa exploratória, onde foi realizada uma revisão bibliográfica, desse modo foram pesquisados e revisados artigos, livros e trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado relacionados aos temas sobre mulheres rurais, trabalhos femininos, participação social, movimentos sociais, políticas públicas, coletividade e mulheres rurais. Foram utilizadas como palavras-chave nessa busca: "Mulheres rurais", "espaços democráticos", "movimentos sociais" e "trabalho e coletividade".

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183) "[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. Gil (2008, p. 50) Conceitua a revisão bibliográfica como:

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (Gil, 2008, p. 50).

A revisão bibliográfica permite identificar, conhecer e acompanhar o desenvolvimento do tema, levantando perspectivas e sugestões para futuros trabalhos. Neste trabalho, a revisão bibliográfica foi feita inicialmente para contextualizar o problema identificado, sendo em seguida utilizada para trazer características históricas. Neste sentido, a pesquisa realizada tem como intuito o aprimoramento de ideias em relação do protagonismo social feminino e o reconhecimento das lutas das mulheres rurais em prol da igualdade de seus direitos.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar a forma como se efetiva a participação das mulheres nas atividades rurais, e suas lutas na construção dos espaços democráticos.

3.2 Objetivos específicos

a) Identificar o engajamento das mulheres nos espaços democrático por meio das organizações coletivas;

Conhecer as formas de distribuição dos cargos, papéis e funções sociais femininas na sociedade e no meio rural.

Analisar os resultados desenvolvidos através da participação social das mulheres nos espaços coletivos.

4 JUSTIFICATIVA

A principal justificativa para a temática proposta é a forte ligação pessoal com o ambiente rural e considerando a trajetória das mulheres ancestrais da família que está fortemente ligada ao meio rural e as atividades agrícolas, também essa motivação se fez pela necessidade de desbravar novos horizontes em relação a temática. Proveniente de uma família humilde (sem muitos recursos financeiros), mulher, nascida e criada no meio rural, sempre estive inserida nas atividades domesticas e agrícolas, ouvi das minhas avós (*in memoria*) e minha mãe relatos em relação as mulheres rurais e sua inserção desde cedo nas atividades rurais da família. As mulheres estavam inseridas desde a o processo produtivo dos alimentos até a comercialização no centro da cidade (os produtos eram levados em cestos na cabeça e caminhavam 12 km a pé), além das produções de peças artesanais feitos de palha para complementar a renda da família.

Outro fato que vale destacar é a minha participação enquanto membro da Associação Comunitária Rural na comunidade onde resido, exercendo a função de tesoureira, ocupando, portanto, espaço de luta advinda de décadas, as quais as mulheres lutaram para serem reconhecidas e pertencentes a esses espaços.

Essa experiência contribuiu na formação pessoal e social, tendo em vista as lutas e conquistas, a inserção das mulheres nos espaços agrícolas e associativistas, o qual há muito tempo se desejava se tornar visível, hoje vem ganhando mais força na construção de espaços democráticos e participativos.

Deste modo, o atual estudo procura expor a realidade e a importância do trabalho das mulheres nas atividades agrícolas e familiares no meio rural e as suas lutas, com ênfase na visibilidade das conquistas dessas mulheres na construção dos espaços democráticos.

Torna-se se ainda importante, pois é notório, que as mulheres vêm ganhando mais espaços e inclusão no mercado de trabalho, isso se destaca muito nas instituições cooperativistas. No entanto, é perceptível, que quando analisamos os cargos de liderança, são evidentes que as mulheres são minorias em suas ocupações.

Como estudante e pesquisadora na área de cooperativismo, este estudo se faz com apreço pois, lança um olhar mais analítico, na busca de novos meios que proporcionem às mulheres a alcançarem reconhecimento no trabalho, na agricultura e nas organizações. A sua invisibilidade nesses espaços necessita ser discutida para que se vislumbrem novas conquistas na garantia de seus direitos e na valorização dos seus esforços. Tendo em vista que as conquistas foram frutos de muitas lutas e organização coletiva, precisa-se, portanto, reconhecer o importante papel da mulher no processo histórico e a necessidade de avançar socialmente, politicamente e culturalmente.

A realidade confirma as diversas barreiras encontradas pelas mulheres na ocupação de cargos e setores, os quais permanentemente foram e são gerenciados por homens. Somado a isso, a mulher também enfrenta os desafios de alinhar sua vida de trabalho com a vida familiar de forma integral. Neste sentido, podemos destacar que essas são algumas das causas que fazem acreditar na necessidade de criar meios que contribuam para desenvolvimento e reconhecimento das atividades laborais femininas na atualidade.

Esta inquietação tem se tornado recorrente em estudos não apenas de cooperativas brasileiras, mas também em diferentes formas de organizações sociais. Sobre a necessidade de avanços em relação aos cargos estratégicos ocupados pelas mulheres nas instituições. Gaspar (2016, p. 110), ressalta que:

> [...]observou-se que as mulheres são minoria nos cargos estratégicos da organização e que essas recebem salários inferiores aos dos homens em cargos de gerentes, demonstrando que a organização precisa avançar no sentido de promover políticas e ações que incentivem a inclusão das mulheres em cargos de alta liderança e também que promover uma política de remuneração igualitária a homens e mulheres.

Sobre a importância de se aprofundar nos estudos acerca da ampliação da participação dos espaços os quais as mulheres vêm ocupando, os autores Silva, Dias e Oliveira (2019 S/P), reiteram que “[...] é fundamental a ampliação de espaços que contribuam na publicização das

desigualdades de gênero existentes e para um processo de conscientização coletiva da sociedade em geral". Corroborando com a necessidade de estudos na área os autores Silva e Schneider (2010, p. 8) salientam que: "Neste sentido, é possível perceber que há indicações consistentes justificando a importância de se estudar a situação da mulher e as relações de gênero no meio rural.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 Trabalho Feminino e Trabalho Masculino: uma desigualdade histórica

O trabalho feminino mesmo diante das alterações ocorrida ao longo do tempo permanece marcado pela divisão desigual das tarefas, onde a mulher passa a exercer diversos papeis. Sendo que a estrutura não sofreu alterações como traz a autora Herrera (2019, p. 86) ao destacar que:

> [...] apesar de as mulheres ocuparem gradativamente mais postos de trabalho, a sua introdução no mercado não alterou as definições de seus papéis sexuais e a estrutura da organização familiar. Pois, o trabalho realizado continuava sendo tratado como subsidiário aos dos homens, mesmo quando as mulheres começaram a ocupar os locais antes restritos à atuação masculina (HERRERA, 2019, p. 86).

Mesmo com a mulher ocupando outras atividades além das culturalmente estabelecidas, as alterações na redefinição de atividade não sofreram modificação ocasionado a mulher mais tarefas.

Observa-se na sociedade atual os esforços que muitas mulheres têm feito na busca do aperfeiçoamento profissional, dedicando-se aos estudos almejando qualificação e novas possibilidades no mercado de trabalho. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacam o avanço das mulheres em busca da sua formação e capacitação, de acordo com a pesquisa,

> [...] as mulheres eram mais instruídas que os homens, com uma diferença mais acentuada na população mais jovem. No grupo entre 25 e 34 anos, 25,1% das mulheres possuíam nível superior completo, contra 18,3% dos homens, uma diferença de 6,8 pontos percentuais. [...]as mulheres registraram uma taxa de 29,7%, contra 21,5% dos homens. Uma mulher de 18 a 24 anos tinha, em 2019, cerca de 38% mais chances de estar frequentando ou já ter terminado o ensino superior do que um homem da mesma faixa etária. (IBGE, 2021, p 5).

É importante destacar que mesmo nos cursos superiores existem uma diferença nas áreas de formação e nos espaços de ocupação das mulheres, segundo os dados do Censo da Educação Superior 2019, mostram que:

> [...] as mulheres correspondiam a apenas 13,3% das matrículas nos cursos presenciais de graduação na área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação, e 21,6% na área de Engenharia e profissões correlatas. Já nas áreas relacionadas ao cuidado, a participação feminina é muito maior. Na área de Bem-Estar, que inclui cursos como Serviço social, a participação feminina nas matrículas foi de 88,3% em 2019. Em Direito e Medicina, duas áreas tradicionais, as mulheres também constituíam uma maioria das matrículas de graduação, embora por margens mais estreitas – 55,2% e 59,7%, respectivamente. Apesar do maior acesso ao ensino superior, as mulheres ainda são ligeiramente minoritárias entre os docentes desse nível de ensino. Em 2019, segundo o Censo da Educação Superior, as mulheres representavam 46,8% dos professores de instituições de ensino superior no Brasil. Essa proporção vem crescendo, ainda que lentamente, nas últimas duas décadas. Desagregada por Unidades da Federação, a Proporção de mulheres entre os docentes de ensino superior atinge extremos de 51,8% na Bahia e 43,4% em São Paulo (CMIG 26) (IBGE, 2021, p 6).

Tais dados demonstram que ainda existe uma baixa inserção das mulheres, em áreas que sempre foram de participação em sua maioria ocupadas por homens.

Mesmo com o grande avanço de ocupação e capacitação feminina em relação ao do sexo masculino, os dados demonstram “desvantagem”, quando se trata da inserção das mulheres no mercado de trabalho, mesmo sendo elas maioria nos níveis de formação “superior”. Segundo os indicadores que fazem o monitoramento do mercado de trabalho e estima a população economicamente ativa, apontam uma desagregação por sexo e revelam desigualdades entre homens e mulheres. Os dados do IBGE (2021, p 2), apontam que: “[...] a maior dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Em 2019, a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade foi de 54,5%, enquanto entre os homens esta medida chegou a 73,7%, uma diferença de 19,2 pontos percentuais”.

Apesar desses graduais avanços, ainda existem questões muito importantes a serem analisadas no que diz respeito a inserção das mulheres no mercado de trabalho, inclusive as diferenças salariais. Os autores Silva e Lemes (2019, p. 9), destacam que: "Haja vista que a mulher quando inserida no mercado de trabalho almeja uma carreira sólida, mas quando assume um cargo de igual posição com relação ao homem, seu salário é desigual.” Tais reflexões afirmam que as mulheres ainda enfrentam obstáculos para conseguirem salários iguais aos dos homens no desenvolvimento das mesmas funções.

Além do fator da diferença salarial, há outras questões que se tornam barreiras no processo inclusivo das mulheres no recrutamento, um deles é a maioria dos critérios adotados que limitam as possibilidades das mulheres ingressarem. De acordo com Silva e Lemes (2019),

> Algumas empresas adotam um critério de seleção, alegando que mulher não tem flexibilidade de horário por serem casadas e terem filhos, outras perguntam em seus processos seletivos se a mulher tem filhos ou se pretende ter, causando constrangimentos, uma vez que a mulher pode estar procurando emprego justamente para manter a família. Infelizmente, isso ainda é uma realidade e existe um longo caminho a ser percorrido (SILVA e LEMES, 2019, p. 13).

Em confirmação as informações apresentadas pelos autores Lemes e Silva, que apontam as dificuldades das mulheres em serem inseridas no mercado de trabalho quando pretendem ter ou já possuem filhos, elas enfrentam discriminação existente a respeito da ocupação nos espaços no mercado de trabalho. Os dados que o IBGE traz sobre a População em Idade de Trabalhar (PIT) apontam que:

> [...] a presença de crianças com até 3 anos de idade vivendo no domicílio é uma característica importante na determinação da ocupação das mulheres no mercado de trabalho. Entre aquelas que possuem crianças nesse grupo etário, a proporção de ocupadas em relação à PIT é de 54,6%, abaixo dos 67,2% daquelas que não possuem. O nível de ocupação dos homens é superior ao das mulheres em ambas as situações, sendo inclusive maior entre os homens com crianças com até 3 anos de idade vivendo no domicílio, situação em que a diferença para as mulheres chegou a 34,6 pontos percentuais em 2019 (IBGE, 2021, p.3).

Estes empecilhos pré-estabelecidos na contratação, demonstram um preconceito em relação a capacidade feminina em realizar suas tarefas, aumentando a desigualdade no dia a dia dos espaços de atuação, além, de muitas vezes dificultar sua ascensão para cargos mais elevados.

Quando analisamos o processo histórico observamos que em relação a mulher já existia uma divisão cultural do trabalho e que sua participação direta nas atividades agrícolas existe antes mesmo do processo de colonização, nota-se a essa características em relação a realização das atividades pelos povos indígenas. De acordo com Silva e Lemes (2019, p.6) “na história brasileira, antes da vinda dos europeus, as famílias indígenas já eram patriarcais e a função das mulheres se concentrava em cuidar das aldeias, dos filhos, em preparar os alimentos e não se dedicarem a trabalhos que exigissem muita força física”.

Analisando fatos históricos percebemos que desde os primórdios a mulher já possuía uma proximidade muito grande com a natureza e as atividades na área agrícolas como destaca

Herrera (2019, p. 23) ao afirmar que: [...] “haja vista que as mulheres sempre trabalharam na terra”. A figura feminina desde os primórdios estava ligado diretamente com as atividades e os padrões estabelecidos e isso se mantém até os dias atuais. Sobre esses padrões atuais Medeiros e Ribeiro (2011, n.p.) retiram que,

> O tipo de atividade que as mulheres desenvolvem na agricultura depende dos padrões culturais e sociais existentes para um determinado grupo. Mas, em geral, sua maior participação ocorre nas lavouras, pecuária, horticultura, criação de aves e pequenos animais, destinados sobretudo ao autoconsumo da família (MEDEIROS E RIBEIRO, 2011, n.p.).

Nesta perspectiva cultural da divisão de trabalho, percebemos que as atividades realizadas são repassadas aos filhos seguindo o mesmo padrão estrutural ao ensinar as atividades laborais. Como trazem os autores Gazolla e Schneider (2007, p. 111), ao afirmarem que: “se é o pai quem ensina aos filhos homens a socialização no processo produtivo, é a mulher e esposa quem socializa as filhas na esfera da casa e do consumo doméstico”. Os pais repassam para os filhos as divisões das tarefas, a serem realizadas no grupo familiar.

Neste processo cultural, o trabalho feminino nos espaços laborais agrícolas, também faz parte diretamente do processo produtivo entretanto, ainda enfrenta algumas dificuldades, por ser reconhecido em suas funções como apêndice do trabalho masculino, demonstrando assim uma desvalorização dos espaços ocupados pelas mulheres nesta área.

Para Sardenberg e Siqueira (2012, p. 4) “mesmo as mulheres estando inseridas na agropecuária, suas atividades são consideradas não remuneradas e aos homens cabem as atividades majoritariamente remuneradas, sendo remuneração sinônimo de reconhecimento e valorização”. Confirmando o que as autoras trazem, Paulilo (1987, p?) afirma que "o trabalho é leve (e a remuneração é baixa), não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar”. Ou seja, o critério de remuneração está diretamente ligado ao valor dado a atividade que é realizada. Trabalhos com baixa remuneração está ligado ao fato de não serem considerados tão importantes, pela força física que é empregado ao realiza-la.

No contexto da valorização do trabalho, Paulilo (1987) caracteriza como o “trabalho “leve”, feminino, é plantar, arrancar o mato miúdo, e adubar, para isso, as mulheres ganham a metade, ou menos, da diária de um homem, embora trabalhem o mesmo número de horas”. Neste sentido, os autores corroboram com a ideia de que a valorização se dá por conta do peso

da atividade realizada e a remuneração a ela empregada, e não pelo tempo de realização da atividade.

Podemos observar que tais processos são históricos, no que diz respeito a hierarquia decisórias das atividades agrícolas onde os homens realizam as tarefas que os compete. No Nordeste, percebemos que essa cultura se caracteriza por traços fortes no que diz respeito a predominância masculina nas atividades de destaque e prestígios.

É importante destacar que o processo de organização coletiva das mulheres pode proporcionar a potencialização das habilidades femininas no setor agrícola, como uma forma de fortalecimento e engajamento das mulheres rurais nas atividades produtivas e também de no processo de comercialização de produtos. Segundo Siliprandi e Cintrão (2011, p. 13), "a organização em grupos produtivos é uma das formas buscadas pelas mulheres rurais para fortalecer a sua capacidade produtiva e minimizar os problemas enfrentados na comercialização".

Corroborando com a importância da organização coletiva das mulheres rurais, Cardoso e Pinto (2020, p. 57730) destacam que "[...] a visibilidade feminina deriva da existência e do acesso às políticas e programas sociais, resultado de uma agenda de reivindicações dos movimentos de mulheres." Ainda segundo os autores, "a organização dessas mulheres em um movimento estimula seu olhar e consciência crítica diante das desigualdades de gênero, pois elas passam a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho no campo" (*idem*, p 57730).

Diante do fato históricos de lutas e engajamento femininos nas causas coletivas e na busca de serem visibilizadas pelo Estado e pela sociedade, foi que as mulheres conseguiram serem inseridas nos programas sociais e nas políticas públicas que criam alternativas e procuram proporcionar às mulheres rurais o direito de ocuparem espaços democráticos na construção da igualdade de gênero.

5.2 Participação social e construção da democracia através dos espaços coletivos

Os movimentos democráticos organizados provocaram mudanças no mundo subdesenvolvido e em desenvolvimento a partir da percepção da importância da participação em todos os setores da sociedade, através deste processo de construção de ações socialmente justas e democráticas.

No Brasil esses movimentos se intensificaram no final das décadas de setenta e início dos anos oitenta construindo uma nova história, que contribuíram na construção de Políticas públicas, referendadas na Constituição de 1988.

Nesse cenário as experiências vivenciadas de participação social, enquanto formas alternativas de organização toma evidencia, qualificando-se como promotora da vida comunitária nas quais os sujeitos são estimulados a praticar ações que contribuem com o cuidado com o outro e com a comunidade e a valorizar a vivência da cultura local em defesa dos direitos sociais. As organizações da sociedade civil são responsáveis por despertar através da convivência coletiva esses valores e práticas, como instituições importantes para a sociedade e ganham lugar de destaque na mediação com o Estado.

Vivemos em um mundo segregado e bastante competitivo, na contramão da competitividade as organizações associativistas valorizam o contato humano a troca e a construção coletiva. Conceitualmente essa formas organizativas são fundamentadas em princípios de democracia participativa. Como afirma Lüchmann (2012, p. 61), "A vertente teórica da democracia associativa assume, de maneira mais enfática, e como revelado em sua própria denominação, o papel das associações nos processos de aprofundamento e de ampliação da democracia." Por meio das associações as pessoas podem se organizar de forma coletiva e buscar pelas demandas sociais as quais necessitam.

Em contextos mais específicos, faz-se importante refletir acerca desse processo histórico social e o papel da mulher em seus espaços de atuação, visto que os problemas sociais ocasionados pelo processo de globalização e crescimento do capitalismo, impuseram com resposta, novas formas associativas e novos atores sociais, desse modo se destaca a importância da participação social da mulher e sua atuação enquanto sujeito individual e coletivo.

Através dos fatos históricos, percebemos que sua emancipação política é resultado de muitas lutas na busca da garantia dos seus direitos, sejam estes políticos ou sociais, decorrentes de uma estrutura social patriarcal hierarquizada por classe e gênero. Desse modo, as formas de organização e participação nos grupos e associações tem se constituído como espaços educativos que contribuem para exercício do direito à liberdade e a democracia e assim conquistar o "direito a ter direitos" (GOHN, 2010, p. 17). Através da pressão popular por meio da organização os sujeitos podem cobrar do Estado os direitos que lhes são negados.

O processo de luta pelos direitos se concretiza por meio da organização coletiva, no entanto, há uma fragmentação quando essas lutas se tornam algo isolado, perdendo o potencial

de alcance de suas demandas causadas pela fragmentação dos sujeitos, percebe-se que o fortalecimento das conquistas se dá por meio da coletividade que tem o poder de influenciar o poder público na conquista de seus objetivos "o sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados. Sozinhos, esses múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado" (GOHN, 2010, p. 17). Neste sentido percebe-se a importância da inclusão das categorias na mobilização política no processo de transformação social, com fator fundamental de participação e construção democrática.

Dessa forma percebemos que através da coletividade e a busca pelos direitos femininos nos espaços democráticos é que podemos oportunizar a sua visibilidade. De acordo com Oliveira (2013),

> [...] a mulher desenvolve diversas atividades, no entanto, é com sua atuação em organizações coletivas nas comunidades, participando da tomada de decisão, que elas têm ganhado visibilidade e reconhecimento. A importância das mulheres nos diversos espaços em que elas conquistaram na sua trajetória, é uma questão de justiça a contribuição destas mulheres para a construção da sociedade (OLIVEIRA, 2013, p. 2).

Neste sentido percebemos a importância das lutas femininas e inseri-las nos espaços coletivos, pois, é a través desses espaços que as mulheres podem atuar. Tais ações têm o desafio de estabelecer meios que gerem a igualdade de acesso e ascensão nas ocupações. Desta maneira torna-se importante a o fortalecimento de organizações coletivas que proporcionem a ampla participação das mulheres nos programas de políticas públicas, visando o fomento da igualdade entre homens e mulheres.

5.3 Trajetória das lutas e surgimento movimentos sociais

As lutas sócias se dá por meio da necessidade da população de cobrar do Estado e das forças políticas o direito de estarem inseridos socialmente, estes movimentos surgem sempre de demandas sociais. A respeito dos movimentos sociais, Gonh, traz a seguinte definição:

> Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GONH, 2000, p. 13).

Então neste sentido, podemos dizer que os movimentos sociais estão diretamente ligados com a necessidades sociais dos sujeitos que muitas vezes se encontra a margem da sociedade e tendo seus direitos negados. Esses movimentos só podem ser concebidos a partir do momento que os sujeitos tomam consciência da negação desses direitos e cobram do Estado a devida visibilidade. Neste sentido Gonh (2000), descreve que o movimento de mobilização social pode ocorrer de diversas formas sendo ele organizado por classe ou camadas sociais. O tipo social dos sujeitos envolvidos é que será o fator indicativo em relação ao caráter de tal movimento, ou seja, qual é a causa pelo que está lutando.

Se tratando de um processo histórico desde o período colonial existem pautas constantemente defendidas e cobradas. Segundo Gohn (2000, p. 15) "Desde os tempos do Brasil Colônia, a sociedade brasileira é pontilhada de lutas e movimentos sociais contra a dominação, a exploração econômica e, mais recentemente, contra a exclusão social". Na busca de garantia dos direitos e inclusão, os movimentos sociais assim vêm se destacando na sociedade, representados por diferentes atores sociais, incluindo-se os movimentos das organizações do campo.

Os movimentos foram surgindo de maneira tímida na busca de serem notados na sociedade e na política social do Estado, dentre esses, destaca-se o movimento da classe trabalhadora feminina, que buscava visibilidade social para as mulheres da época, já antes do século XVIII, por meio de manifestações sociais, entretanto, ainda não havia por parte dessas mulheres uma organização coletiva. Silva (2008, p. 226), relata sobre as primeiras mobilizações sociais:

> [...] as primeiras manifestações, ocorridas ainda nos séculos XVIII -XIX, que deram uma contribuição significativa para as lutas e conquistas futuras, mas consideramos que nesse momento as mulheres não estavam articuladas em grupos coesos e o que havia eram vozes mais ou menos isoladas de descontentamento (SILVA, 2008, p. 226).

No final do século XIX e início do século XX, quando surgiu o movimento dos operários, um dos fatores que contribuíram para o avanço do movimento foram as condições de insalubridade expostas aos trabalhadores urbanos, sendo esses homens, mulheres e crianças, submetidos a uma jornada de trabalho, de doze a quatorze horas diárias. Além da jornada de trabalho exaustiva, os baixos salários pagos, levaram a um descontentamento generalizado, as reivindicações estavam pautadas em melhores salários, redução da carga

horaria do trabalhador, o direito a férias, fim do trabalho infantil, proibição do trabalho noturno para as mulheres, além de aposentadoria e assistência médica (COSTA ,1982).

As lutas das mulheres surgem de maneira mais fortalecida neste período em que viam seus direitos sendo negados. Neste contexto, através dos movimentos sociais as mulheres procuraram seus espaços na construção da democracia. A organização feminina de forma coletiva, buscavam respostas para as contradições existentes na sociedade da época surgida dos ideais da revolução industrial, esses questionamentos a respeito da estrutura estabelecida sobre a mulher, procurava o fim das desigualdades que existiam nos locais de trabalho e também no núcleo familiar. Sendo que, a exploração em relação à mulher era de maior intensidade em relação à dos homens e sua carga horária era maior com salário menores (COSTA ,1982).

Fraccaro (2016), caracteriza a divisão social do trabalho no Brasil do século XX, como:

> A segmentação por sexo no mercado de trabalho brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, pode ficar bem clara por meio dos indicadores apresentados: mulheres rurais e urbanas exercem atividade remunerada de modo a manter em dia suas tarefas domésticas de limpeza e de cuidados, com rendimentos mais baixos (FRACCARO, 2016, p. 27).

A trajetória dos movimentos que levaram as conquistas das mulheres, destacam-se e devem ser compreendidas a partir das circunstâncias e perspectivas do processo de organização coletiva. No final do século XIX, surgiram ondas de movimentos realizados pelas mulheres. Pedro (2005), traz uma discursão do feminismo e divisão em ondas “Primeira Onda” seria segundo a autora, o feminismo que busca a igualdade e, após a Segunda Guerra Mundial, a autora descreve a “Segunda Onda” como um movimento de luta pela garantia de diferenças, ganhou outras pauta através das quais várias outras cobranças foram articuladas, com demandas a respeito da sexualidade, sendo atribuída a partir daí a criação da classe de gênero ao feminismo. Essas organizações coletivas de lutas das mulheres, anteriormente chamado de “movimentos de libertação das mulheres, que passaram posteriormente a se denominar como feministas” (CAMPOS, 2017, p. 43-44). Com o passar dos anos os movimentos foram se ampliando e ganhando mais força e ganhando novas características.

Atualmente se percebe uma mudança significativa no processo participativo e decisório das mulheres nos setores da sociedade civil, as quais trazem novas lutas visando as con-

quistas de novos direitos, a participação dos movimentos nas decisões trouxeram grandes mudanças e avanços acerca das conquistas e das políticas de Estado, como a inserção das mulheres nas políticas públicas. No que se refere a isto Gohn (2010) destaca que:

> A grande mudança observada nos estudos sobre a as políticas de parceria do Estado com a sociedade civil organizada está na direção do foco central da análise: do agente para a demanda a ser atendida. Reconhecem-se as carências e busca-se superá-las de forma holística. Olhares multifocais que contemplam raça, etnia, gênero, idade, etc. passam a ser privilegiados (GOHN, 2010, p. 22).

O crescimento das organizações coletivas e sindicais a partir dos anos 1990, protagonizados pelos movimentos sociais, contribuíram com suas pautas reivindicatórias para consolidação da Constituição Cidadã. Esse novo cenário viabilizou a interlocução direta entre a sociedade civil e o Estado, possibilitando a construção de Políticas Públicas, com ênfase na participação social. Os resultados desse modelo estrutural, proporcionou uma maior consistência das organizações sociais, além de contribuir num processo de democratização e participação social dos sujeitos através das organizações (GOHN, 2010). Como destaca Aguiar (2016, p. 273) ao afirmar que:

> A década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção, pressionando o surgimento, dentro das estruturas sindicais e de outros movimentos mistos, de coletivos, comissões e coordenações direcionadas especificamente às mulheres, nos âmbitos nacional, estaduais e municipais. Ou seja, foi uma década que se caracterizou pela luta das mulheres para ocupar os espaços de participação, enfrentando uma disputa constante para a conquista desses espaços e para a inserção e reconhecimento efetivo da questão de gênero no interior das organizações de trabalhadores rurais. Foi um momento em que as mulheres rurais ampliaram suas estratégias e formas organizativas, tanto no âmbito dos chamados movimentos mistos como nos movimentos autônomos (AGUIAR, 2016, p. 273).

Em se tratando especificamente das mulheres rurais, a relação com seus modos de vida, vale salientar os aspectos culturais, como características significativas, que lhes dão uma identidade própria. Neste sentido, Sardenberg e Siqueira (2014) destaca que,

> Os relatos das mulheres agricultoras sobre suas vidas trazem elementos relevantes para a discussão das dinâmicas das relações de gênero, classe, raça e geração: a relação com os pais e as avós, a infância na área rural, a dificuldade para estudar, a condição econômica e social, a participação em grupos, o exercício da sexualidade, a oportunidade de trabalho, a discriminação racial, etc. (SARDENBERG e SIQUEIRA, 2014, p 3776).

Neste sentido, podemos afirmar que diante dos relatos e fatos a respeito da discussão em torno da mulher rural, apresentam diversos elemento que ainda necessitam ser analisados e discutidos. A mulher rural está cercada de diversos elementos culturais e sociais que impossibilita ou dificulta a conquista de seu espaço.

5.3.1 A dinâmica dos espaços sociais coletivos e das mulheres na agricultura

É importante resgatar alguns aspectos que foram usados até aqui em relação à condição das mulheres na luta pela manutenção e melhoria das condições de vida no meio rural. Segundo Aguiar (2016) até a década 1980, as mulheres que exerciam atividades agrícolas não tinham o reconhecimento como trabalhadoras rurais encontravam-se excluídas de vários direitos entre eles; espaços de representação social, política, sistema previdenciário entre outros. A mulher rural era tida como dependente do marido, sendo de direito apenas do homem os benefícios sociais e previdenciários. Vale destacar, que esses direitos haviam desigualdades em relação aos trabalhadores urbanos mesmo havendo uma condição socioeconômica parecida. Neste sentido, os indicadores apontam uma enorme desigualdade em relação às mulheres rurais no acesso aos direitos sociais.

A década de 80 foi marcada pelo surgimento diferentes organizações políticas de grupos de mulheres, decorrente da grande extensão territorial do Brasil. Essa diversidade enfatizava a importância de que a luta pelos direitos fossem representada por pautas específicas locais sejam essas ligadas aos aspectos culturais ou sociais ou econômicos. Neste sentido Aguiar (2016, p. 268) afirma que “A participação e o engajamento das mulheres rurais nesse processo garantiram, na Constituição, o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social”.

Os movimentos das mulheres rurais, buscam influenciar o Estado para a inserção das mulheres nas metas sociais e políticas públicas associadas à busca pela igualdade de direitos. Neste sentido, afirma Campos (2017), “Em 1985, o então criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), enquanto um canal institucional de participação da sociedade civil, para formulação e monitoramento de políticas públicas, constituiu-se como um marco histórico[...]”. Este fato da início da inserção das pautas femininas nas discursões das agendas públicas constitui um ponto de partida, através do qual foi possível a construção de meios de

enfrentamento da desigualdade entre homens e mulheres, tal inclusão na Constituição evidência a necessidade de igualdade de direitos e deveres entre os sexos. Segundo Aguiar (2016),

> Quanto aos direitos sociais, mais particularmente, direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, que marcaram profundamente a trajetória política das mulheres trabalhadoras rurais, esses foram conquistados com a expressiva participação das mulheres trabalhadoras rurais no processo de construção da Constituição de 1988. (AGUIAR, 2016.p. 268)

Os fatos históricos demonstram que a contribuição feminina na construção socioeconômica do país é um processo histórico importantíssimo, que vai além do espaço agrário, pois, o trabalho feminino está dividido entre o lar e a atividade agrícola, a reprodução e a educação dos filhos. Sobre os aspectos da divisão sexual do trabalho feminino, Medeiros e Ribeiro (2011, n.p) evidenciam que:

> A divisão sexual do trabalho condiciona formas diferenciadas de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e papéis para cada um dos sexos. Às mulheres correspondem atividades de reprodução social da família; aos homens corresponde a função de provedor das necessidades materiais do grupo. Numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida (MEDEIROS E RIBEIRO, 2011, S/P)

Os autores Gazolla e Schneider (2007, p. 112), também corroboram nesse debate ao descrevem as atividades que eram estabelecidas para as mulheres no âmbito rural. “Para as mulheres cabe o trabalho na esfera da residência, do quintal e das pequenas lavouras e criações destinadas ao autoconsumo. É a mãe que ensina as filhas a se socializarem, por exemplo, no preparo e cozimento dos alimentos[...]”. No entanto, é importante destacar que o papel da mulher na sociedade é muito maior do que lhe foi historicamente atribuído. Assim, as atividades das mulheres rurais não se limitam apenas ao cuidado reprodutivo, visto que elas realizam outras atividades nas lavouras, além das atividades de produção de alimentos, que muitas vezes não são reconhecidas como parte da atividade produtiva da agricultura.

Soma-se a isso o fato de que as mulheres rurais não tinham o devido reconhecimento de serem consideradas agricultoras. Sobre esse aspecto os autores Salvaro, Lago e Wolff (2013. p. 82) destacam, que: “A questão da busca pela igualdade por meio da afirmação da diferença, então, é o que sustenta a construção da identidade “mulheres agricultoras” e que possibilitou (possibilita) o acesso a determinados direitos sociais. A falta de reconhecimento

despertou nas mulheres rurais a luta pelo visibilidade e valorização das mulheres na sua atuação na produção rural.

As literaturas sobre esse tema, de forma geral, têm enfatizado que o trabalho feminino no campo é muito importante para o desenvolvimento das culturas locais, podemos perceber que suas atividades realizadas, têm contribuído para mudanças de paradigmas, que apresentam a mulher exclusivamente como cuidadora da casa e dos filhos.

Quando comparamos a alfabetização entre os homens e mulheres no meio rural, percebemos que ainda existe uma significativa diferença. Por outro lado, podemos perceber através das pesquisas uma evolução relevante das mulheres que vêm buscando seus espaços através da educação, utilizando-se dessa ferramenta como um meio importante para a garantia da democracia e participação dos espaços. No Censo Agropecuário do IBGE 2017, os dados referentes educação entre produtores rurais, destacam que 77,4% dos homens, e 75,2% das mulheres sabem ler e escrever. Em relação a propriedade, 18,7% são mulheres e 81% são homens, os estabelecimentos em que as tarefas eram divididas entre os casais somam cerca de 20%. Equiparando os dados percebemos que as mulheres vem ganhando mais espaços no meio rural, no entanto, ainda é considerada baixa os estabelecimentos geridos por mulheres. Isso se dá por conta do preconceito estabelecido ao gerenciamento das propriedades rurais por mulheres. A respeito disso Herrera (2013, p. 1) destaca que "[...] pode-se considerar o trabalho da mulher como um conjunto de atividades invisíveis à sociedade, que, apesar disto, ultrapassa em muito as práticas estritamente vinculadas ao trabalho doméstico". No entanto, a mulher mesmo exercendo atividades fundamentais ainda recebe salários inferiores aos homens. Segundo os dados do censo do IBGE (2019) "[...] as ocupações com a maior desigualdade, podem ser destacados os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e dos gerentes de comércios varejistas e atacadistas, em que mulheres recebem 35,8% e 34% menos que os homens, respectivamente".

Observa-se que as relações de desigualdades de gênero são decorrentes da composição social, que faz a divisão de trabalho a partir do sexo. "A invisibilidade das mulheres como sujeitos produtivos tem reforçado ao longo da formação da sociedade, o domínio do homem, sua capacidade e reconhecimento, considerado único protagonista da história." (OLIVEIRA, 2013, p. 3). Essa perspectiva por consequência corrobora a ideia de que o trabalho realizado pela mulher é apenas uma atividade que acrescenta a renda familiar. Sendo que, o reconhecimento das atividades atribuída as mulheres em relação ao trabalho reprodutivo é uma barreira de muitos anos, pois, principalmente as mulheres de baixo poder aquisitivo no meio rural

sempre exerceram atividades agrícolas e doméstica, mesmo havendo essa duplicidade de tarefas eram vistas desta forma. Para Paulilo (2013),

> [...] as mulheres de famílias pobres, principalmente as que viviam no meio rural, sempre trabalharam. Porém, como o modelo idealizado era ficar em casa, mesmo quando estavam sempre trabalhando, o trabalho produtivo feminino, remunerado ou não era visto como "ajuda" (PAULILO, 2013, p. 291)

As organizações coletivas se tornaram espaços participativos para as mulheres rurais para alcançar mais visibilidade por meio das políticas públicas e diversos direitos a elas negados. Neste sentido, destaca Oliveira (2018, p. 6) "As organizações coletivas do campo se configuram como fóruns que atuam em prol da redefinição da organização social em âmbito local, ao buscarem ampliar o acesso das mulheres rurais a bens tangíveis e intangíveis". Através desses espaços, as mulheres se organizam ocupando lugares e construindo a democracia e discutindo melhores condições, no âmbito social e político. Sobre o papel social da mulher rural na ocupação dos espaços democráticos Oliveira (2018) destaca que:

> [...] geralmente, as abordagens relacionadas à participação da mulher rural em organizações coletivas são vistas como um meio para o seu desenvolvimento em quanto sujeito ativo, capaz de se posicionar de forma consciente e crítica ao que o "novo institucionalismo" caracteriza como a atuação do Estado voltada para transferir para as instituições sociais a responsabilidade de formatar e constituir comportamentos alinhados aos projetos de desenvolvimento por ele instituídos (OLIVEIRA, 2018, p. 14).

Este processo permite as mulheres participarem das políticas institucionais ganhando mais espaços e visibilidade do Estado. Além disso, ter direito a participar dos espaços públicos, que antes lhes foram negados.

Através desses espaços coletivos e da sua acessibilidade, pelas mulheres rurais, é possível quebrar barreiras que foram impostas historicamente. Neste sentido Oliveira (2018, p. 16) diz que "No que diz respeito, especificamente, às mulheres rurais, o trabalho coletivo, pelo simples fato de se processar no espaço público, já lhes proporciona, por si só, espaços de participação, contribuindo para o rompimento de alguns bloqueios que lhes são impostos culturalmente".

E ainda Oliveira, (*idem*, p. 47) afirma que "[...] o ato de participar de uma organização coletiva se constitui em uma oportunidade para que estas mulheres rurais se insiram em um processo socializador [...]". Este processo de socialização por meio das ações coletivas é uma

ferramenta muito importante para a inclusão das mulheres na construção das políticas, oportunizando as mulheres rurais a acessarem mais políticas públicas e incorpora-las nos projetos governamentais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar a participação da mulher nas atividades e nos espaços os quais elas estão inseridas e o processo de construção da democracia. Além de percebermos o papel das organizações coletiva na colaboração para alcançar novos espaços, de modo especial a mulher rural que enfrenta diversos preconceitos.

Desde os primórdios as mulheres já realizavam trabalhos na agropecuária, além dos serviços domésticos. É um fato, que os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres eram e ainda são muitas vezes invisibilizadas. Diante dos fatos estudados, se faz necessário um olhar atento em relação aos espaços democrático que a mulher vêm ocupando e como seu processo de participação social vem transformando a realidade dessas mulheres. No decorrer de todo percurso histórico, além de ser importante reconhecermos o papel das lutas coletivas que mulheres rurais vêm enfrentando, nos faz ver que houve mudanças na sua forma de se organizar e sua forma de ser vista pela sociedade.

O processo histórico de lutas tem oportunizado às mulheres a ocuparem diversos espaços negados a elas historicamente, através da participação esses lugares sociais construídos pelos princípios de igualdade e democracia vem sendo modificados criando visibilidade e reconhecimento de direitos. As organizações coletivas, movimentos sociais e as Políticas Públicas têm contribuído neste importante papel**.** Nesses espaços é possível apresentar demandas que emergem das lutas femininas pela igualdade de direitos, de maneira especial as mulheres rurais que ainda são invisibilizadas do seu importante papel na agricultura.

É de grande relevância discutir o papel da agricultura familiar e debater os espaços das mulheres na sociedade atual e a construção da participação social das mesmas. Esses processos de reflexão e estudos sobre as causas femininas tem uma importante capacidade de acrescentar aspectos constitutivos à identidade das trabalhadoras rurais, este processo contribui com a ampliação das bandeiras de lutas Mulheres rurais**.**

As organizações coletivas pode proporcionar a participação social das mulheres nos espaços democráticos locais esses que trazem reflexões sobre seus direitos, e apontar políticas públicas que correspondam às reivindicações. Esta ação só pode ser melhorada pelo frequente encadeamento do avanço da capacidade articulatória e de mobilização coletiva, o que ocasionará o alcance das reivindicações. Esses desafios só poderão ser vencidos com impulsionamento de diálogos que proporcionem um debate ampliado sobre realidade das mulheres rurais e os desafios de seu reconhecimento e valorização do espaço que ocuparam.

Como resultados apontados na pesquisa observou-se que a mulher de um modo geral exerce um importante papel para a vida da família no meio rural, pois, além de todo contexto histórico demonstrar que a mulher tem uma forte relação com o trabalho do lar, ela contribui no integrante da renda familiar. O reconhecimento e valorização do trabalho feminino no meio rural é também, uma forma de proporcionar o desenvolvimento da agricultura. É notório que existe a necessidade de mudanças sociais e políticas para fornecerem mais meios que proporcionem à igualdade e a inclusão social, mudanças nas relações de gênero e na igualdade de direitos.

Outros fatores que devem ser destacados são as políticas públicas que proporcionam visibilidade as mulheres, inseri-las na agenda pública e discursões são meios para reduzir tal desigualdades. As mulheres rurais tiveram alguma s conquistas no decorrer da história. No entanto, ainda estamos longe de ter uma valorização ideal.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. P. P. **Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação:** reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Política & Sociedade Volume 15, Edição Especial, 2016 p. 261–295.

CARDOSO, A. E. R.; PINTO. N. M. de A**. Movimento de mulheres rurais:** Participação política, trabalho e grupos produtivos. Brazilian Journal of Development. Curitiba, v. 6, nº 8, p. 57724-57741 Ago. 2020.

COSTA, E. V. A nova face do movimento operário na primeira república. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 217-232, 1982.

CRUZ, L. S.; CHELOTTI. M. C. **A associação das mulheres da comunidade rural Rancho Alegre:** Entre o preconceito e as estratégias de sobrevivência no espaço agrário do município de Mirassol d'Oeste-MT. In; III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Resumos/Leonice%20da%20Silveira%20Cruz_PT_ES.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

FRACCARO, G. **Os direitos das mulheres:** Organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2016, p. 198.

GASPAR, K. S. **Lideranças femininas em uma instituição financeira de natureza cooperativa:** Análise dos fatores que viabilizam às mulheres chegarem a cargos de liderança executiva. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Negócios) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2016, p.1-133.

GAZZOLA, M.; SCHNEIDER, S. **Produção da autonomia:** Os "papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 15, p. 89-122, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa socia**l. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____ 500 ANOS DE LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: Movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Rev. Mediações, Londrina, v. 5, nº 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

HERRERA, K. M. A jornada interminável: **A experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais.** Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019, p. 227.

_____ Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, p. 1-11, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero:** Indicadores sociais das mulheres no Brasil – 2ª edição, IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

_____ Censo Agropecuário 2017. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. p. 1 Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_genero_dos_produtores.pdf. Acesso em: ago. 2021.

_____ Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. Estatísticas Sociais, 2019. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens.html.Acesso em: 30 ago. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Cient**ífica. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LÜCHMANN, L. H. H. **Modelos contemporâneos de democracia e o papel das Associações**. Rev. Sociol. Polít. Curitiba, v. 20, nº 43, Recebido em 20 de maio de 2011. p. 59-80, out. 2012.

MEDEIROS, R. M.; RIBEIRO. E. M. Movimento de mulheres rurais: participação política, trabalho e grupos produtivos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 5, nº 1, 2011. Disponível em: http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/247. Acesso em: 05 set. 2021.

OLIVEIRA, I. T. S. **Identidades de Gênero em Redefinição:** A socialização da mulheres rurais em organizações coletivas do campo. Viçosa, Minas Gerais, 2018.

OLIVEIRA, M. N. C. **A representatividade feminina no associativismo produtivo na Amazônia.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

PAULILO, M. I. S. **O peso do trabalho leve.** Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 5, nº 28, p. 64-70, 1987.

_____ **FAO, Fome e Mulheres Rurais** – FAO, Fome e Mulheres Rurais Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 56, nº 2, 2013, p. 285-310. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.
PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História, São Paulo, v.24, nº 1, p.77-98, 2005.

QUIRINO, Raquel. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. Revista Tecnologia e Sociedade, vol. 8, nº. 15, jul-dez, 2012, p. 90-102. Universidade Tecnológica Federal do Paraná Curitiba.

SALVARO, G.I.J.; LAGO, M.C. S.; WOLFF, C.S**. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas":** lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. Psicologia & Sociedade; 25(1): 79-89, 2013.

SILIPRANDI. E.; CINTRÃO. R. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 18(2): 12-32, 2011.

SILVA, M. C. O.; DIAS. A. B.; OLIVEIRA I. F. **O associativismo como instrumento de fortalecimento e empoderamento das organizações femininas do município de Santaluz-ba.** nº 22 .2018. XXII Seminário de Iniciação Científica. Disponível em: http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/3928. Acesso em: 03 jun. 2021. Não paginado.

SILVA, A. C.; LEMES, F. L**. A condição social da mulher na história do Brasil contemporâneo.** Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/17135/1/Ariele%20Chris%c3%b3stomo%20da%20Silva.pdf. 2019. Acesso em: 07 de jul. 2021.

SILVA, T. M. G. **Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil**. Politeia, Vitória da Conquista, v. 8, nº 1, p. 223-231, 2008.

SILVA, C. B.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluratividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

SIQUEIRA, A. E. S.S; SARDENBERG. C.M.B. **Empoderamento de Mulheres Agricultoras:** Possibilidades e Limites de Um Projeto de Desenvolvimento Rural no Semiárido Baiano**.** Universidade Federal do Pernambuco, Recife, p.3773- 3783, 2014.

_____ **Mulheres agricultoras**: Experiências de empoderamento. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, p. 1-12, 2012.

XAVIER, F. P. **Transmissão Intergeracional de Status, Mercados Regionais, Setores e Crescimento Econômico no Brasil**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em

Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. p. 1-167.